
Os crimes ambientais e a responsabilidade penal de pessoas jurídicas: a capacidade de ação em uma concepção significativa de ação

The environmental crimes and the criminal liability of legal entities: the capacity for action in a significant conception of action

Erick Kiyoshi Nakamura¹

Gabriel Alves Fonseca²

Giulia Helena Cavassim Medeiros³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral explorar o potencial de uma concepção significativa de ação, a fim de resolver o problema de imputação de crimes ambientais e outras infrações penais às pessoas jurídicas. Corolários desse objetivo geral, quatro objetivos específicos são perquiridos: 1) expor a tutela do Direito brasileiro ao meio ambiente; 2) tratar

¹ Mestrando em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil – com bolsa no Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES). Possui graduação em Direito pela UFPR e especialização em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) – Curitiba, Paraná, Brasil. Editor executivo da Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Editor acadêmico da Revista Antinomias. Associado fundador do Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar (PARLA). Pesquisador do Núcleo de Investigações Constitucionais (NINC) da UFPR. E-mail: erick.k.nakamura@gmail.com.

² Graduando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Criminologia e de Política Criminal (NCPC) do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da UFPR (Grupo "Virada de Copérnico"). E-mail: gabrielalvesfonseca95@gmail.com.

³ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil. Pesquisadora auxiliar no Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social (SCCS) do Programa de Pós-Graduação da UFPR. Associada ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Membro do Núcleo de Estudos em Filosofia e Teoria do Direito (NEFIT) da UFPR, do Núcleo de Pesquisa em Direito Penal Econômico (NUPPE) da UFPR e do Núcleo de Pesquisa em Tribunal do Júri (NUPEJURI) da FAE Centro Universitário. E-mail: giuliahelem@gmail.com.

da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais no Direito brasileiro; 3) criticar a incapacidade de ação das pessoas jurídicas com fulcro em uma concepção ontológica de ação; 4) investigar a capacidade de ação das pessoas jurídicas a partir de uma concepção significativa de ação. Quanto à metodologia empregada, há a instrumentalização prioritária de livros e artigos científicos, feita pelo manejo do método dedutivo. Ao fim, a principal conclusão é a de que as pessoas jurídicas podem cometer delitos ambientais e outras infrações penais, desde que compatíveis com sua natureza.

Palavras-chave: crimes ambientais; responsabilidade penal; pessoas jurídicas; capacidade de ação; concepção significativa de ação.

Abstract: The general objective of this article is to explore the potential of a significant conception of action in order to solve the problem of attributing environmental crimes and other criminal offenses to legal entities. Corollary to this general objective, four specific objectives are pursued: 1) expose the protection of the environment by the Brazilian law; 2) analyze the criminal liability of legal entities for environmental crimes under Brazilian law; 3) criticize the inability of legal entities to act based on an ontological conception of action; 4) investigate the ability of legal entities to act based on a significant conception of action. As for the methodology used, priority was given to the use of books and scientific articles, using the deductive method. In the end, the main conclusion is that legal entities can commit environmental crimes and other criminal offenses, as long as they are compatible with their nature.

Keywords: environmental crimes; criminal liability; legal entities; capacity for action; significant conception of action.

1. Introdução

Uma parcela considerável da doutrina penal brasileira se apoia em uma concepção ontológica de ação, segundo a qual a ação possui um necessário substrato material no mundo físico que é acrescido de uma vontade substancial do agente, o qual, nessas condições, só pode ser uma pessoa humana, o que deixaria as pessoas jurídicas de fora do escopo dogmático da responsabilidade penal. Contudo, tal óbice pode ser contornado, especialmente a partir da consideração de uma concepção significativa de ação, a qual a

considera não como o substrato de um sentido, mas como o próprio sentido atribuído a um substrato.

Isso possibilita o reconhecimento da capacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas, uma vez que a ação como expressão de sentido das condutas também pode ser manifestada por entes coletivos. Reconhecer a capacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas serve para resolver controvérsias importantes e com efeitos práticos, como a que se instaurou, no ordenamento jurídico brasileiro, em torno das previsões contidas na Constituição de 1988 e na Lei nº 9.605/1998, especificamente acerca da possibilidade de responsabilização penal de pessoas jurídicas pelo cometimento de crimes ambientais, os quais afetam o direito fundamental e humano ao meio ambiente.

Expor tais noções, ainda que de forma não exauriente, constitui o objeto do presente trabalho.

A justificativa desse empreendimento reside na importância de se discutir, à luz de uma moderna dogmática penal, a capacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas e, conseqüentemente, de inserção destas no polo ativo da responsabilidade penal, em face de crimes ambientais e/ou de outros delitos compatíveis com suas atividades.

Dessarte, o objetivo geral desta pesquisa é explorar o potencial de uma moderna concepção de ação jurídico-penal, qual seja, a de uma ação significativa, a fim de resolver o problema de imputação que aventa a possibilidade de pessoas jurídicas serem sujeitos de delitos, em especial de delitos ambientais, dadas as previsões especiais contidas na Constituição de 1988 e na Lei nº 9.605/1998 para tal classe de crimes.

Corolários desse objetivo geral, os quatro objetivos específicos são: 1) expor a tutela do ordenamento brasileiro, inclusive por meio da intervenção do Direito Penal, ao direito fundamental e humano ao meio ambiente; 2) tratar da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais no ordenamento brasileiro, não se olvidando dos modelos de heterorresponsabilidade e autorresponsabilidade dos entes coletivos; 3) criticar a

incapacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas com fulcro em uma concepção ontológica de ação, de forma a se apontar para uma proposta alternativa; 4) investigar a capacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas a partir de uma concepção significativa de ação.

No que concerne à metodologia empregada, há a instrumentalização prioritária de livros e artigos científicos (que oportunamente foram cotejados com outros materiais complementares, como textos normativos conexos à matéria perquirida), sobretudo os relativos à área do Direito Penal. Essa análise eminentemente bibliográfica é feita pelo manejo do método dedutivo, na medida em que, para se chegar à conclusão obtida, parte-se de premissas gerais representativas dos objetivos específicos, os quais foram precipuamente trabalhados nas quatro seções integrantes do desenvolvimento do artigo, cuja exposição se confere nas linhas subsequentes.

2. O direito fundamental e humano ao meio ambiente e sua tutela no ordenamento brasileiro: a possibilidade de intervenção do Direito Penal

O meio ambiente (e, mais especificamente, o meio ambiente ecologicamente equilibrado) foi alçado expressamente a uma condição de direito fundamental e humano pela Constituição da República, promulgada em 1988. Enquanto direito de toda a coletividade, gera a ela mesma o dever de defendê-lo e preservá-lo, conjuntamente com o poder público (art. 225, *caput*).

Trata-se de um direito de solidariedade, pois a responsabilidade pela tutela ecológica não incumbe apenas ao Estado, mas também aos particulares (pessoas físicas e jurídicas). Estes possuem, para além do direito a viver em um ambiente sadio, deveres para com a

manutenção do equilíbrio ecológico.⁴ É, ademais, um direito fundamental de caráter difuso, isto é, pertencente a uma série indeterminada de sujeitos e indivisível em seu objeto, de maneira que a sua satisfação ou a sua lesão atinge toda a coletividade de seus titulares.⁵

Hodiernamente, não há maiores divergências acerca da fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sobretudo se considerado a partir da cláusula de abertura constitucional (art. 5º, § 2º, da Constituição de 1988). O reconhecimento deste direito como fundamental o garante aplicabilidade imediata (art. 5º, § 1º) e eficácia plena, de forma que independe de interposição legislativa, integra as cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, IV) e é oponível individual ou coletivamente, em face do Estado e dos particulares.⁶

A fundamentalidade do direito ao meio ambiente é reforçada pela própria Constituição da República, a qual, ao longo de todo o seu texto, apresenta passagens que dispõem expressamente sobre a tutela desse direito, ao estabelecer, por exemplo: a possibilidade de anulação de atos lesivos ao meio ambiente mediante ação popular (art. 5º, LXXIII); a competência comum dos entes federados para a proteção do meio ambiente (art. 23, VI); a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção ambiental e responsabilidade por danos ao meio ambiente (art. 24, VI e VIII); a proteção do meio ambiente como vinculada às funções institucionais do Ministério Público (art. 129, III); a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica (art. 170, VI); a proteção do meio ambiente como um dos nortes da atividade garimpeira (art. 174, § 3º); a preservação do meio ambiente como um dos requisitos de cumprimento da função social da propriedade rural (art. 186, II); a proteção do meio ambiente, inclusive, do meio

⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais em espécie. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020a. p. 415-834. p. 726.

⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 499.

⁶ GISI, Mario José. Constituição, desenvolvimento e sustentabilidade. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin (coord.). **Direito constitucional brasileiro: constituições econômica e social**. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 535-550. p. 544-545.

ambiente do trabalho, como uma das atribuições do sistema único de saúde (art. 200, VIII); meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos ao meio ambiente (art. 220, § 3º, II). Traz, além disso, um capítulo próprio para tratar do meio ambiente (Capítulo VI do Título VIII, que trata da ordem social), o qual abrange o artigo 225, que constitui, por excelência, a matriz constitucional do direito fundamental ao meio ambiente.

Além da vasta tutela constitucional, o direito ao meio ambiente também encontra, no ordenamento brasileiro, proteção convencional.

Isso porque o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ou simplesmente PIDESC, internalizado pelo Decreto nº 591/1992), em seu artigo 12, 2, b, impõe aos Estados partes o dever de melhorar todos os aspectos do meio ambiente, a fim de assegurar a todas as pessoas o pleno exercício do direito à saúde física e mental. Paralelamente, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ou simplesmente Protocolo de São Salvador, internalizado pelo Decreto nº 3.321/1999) prevê, em seu artigo 11, o direito ao meio ambiente sadio.

Em relação à nomenclatura de direitos fundamentais e/ou direitos humanos, observa-se que, ainda que ambas as designações tratem do “mesmíssimo fenômeno encarado por facetas variadas”,⁷ de forma a se reconhecerem os direitos fundamentais como “os direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico doméstico”,⁸ é razoável de se fazer uma diferenciação entre ambas as categorias.

Sinteticamente, os direitos humanos (ou direitos humanos fundamentais) podem ser compreendidos como direitos da pessoa humana que são reconhecidos pela ordem jurídica internacional e que têm pretensão de validade universal, ao passo de que os direitos

⁷ SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 13.

⁸ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 492.

fundamentais podem ser concebidos como aqueles direitos (entre os quais se destacam os direitos humanos) que são reconhecidos e positivados na esfera do Direito Constitucional. Nesse sentido, os direitos humanos e os direitos fundamentais reportam a esferas distintas de posituação, ainda que não sejam excludentes e incompatíveis entre si, e que se encontrem em dimensões cada vez mais interrelacionais.⁹

Assim sendo, tendo em vista que o meio ambiente é “essencial à sadia qualidade de vida” (art. 225, *caput*, da Constituição de 1988), sua tutela possui um sentido voltado à proteção da pessoa humana (a despeito das controvérsias acerca dos paradigmas antropocêntrico e biocêntrico), sendo garantida tanto pela Constituição da República quanto por tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como o PIDESC e o Protocolo de São Salvador.

Quanto ao conceito de meio ambiente, este é, na consagrada concepção unitária de José Afonso da Silva, “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.¹⁰ Tal conceito, juntamente com as considerações já feitas no presente trabalho, são pertinentes para corroborar a ideia de que o meio ambiente, compreendido holisticamente, é um direito fundamental e humano cuja tutela constitucional e convencional o enquadra como um bem jurídico de suma importância.

Nesse cenário, tem-se como justificada a eleição do meio ambiente como um bem jurídico digno de proteção pelo Direito Penal.¹¹ É inconteste que, conforme observação de

⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. Teoria geral dos direitos fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020b. p. 312-414. p. 316.

¹⁰ SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 20, grifos no original.

¹¹ DETZEL, André Eduardo; GUARAGNI, Fábio André. Alternativas para a superação dos obstáculos dogmáticos da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Percursos**, v. 1, n. 18, p. 1-28, 2016. Disponível em:

parcela da doutrina, existem meios jurídicos e administrativos mais simples e eficazes para se proteger o meio ambiente, na medida em que a pena criminal pode consistir no instrumento menos eficaz de política social.¹² Ainda assim, não se pode deixar de identificar que certas aflições ao meio ambiente são dignas de gerar intervenção penal, desde que a magnitude qualitativa e quantitativa destas represente um ataque suficientemente grave ao desenvolvimento social das pessoas.¹³

A preservação e a conservação do meio ambiente são de magna importância e relevância para toda a sociedade não só local, mas também nacional e mundial. Há, em torno do meio ambiente, um interesse coletivo de todos os povos. Justifica-se, conseqüentemente, a edificação de normas penais visando à tutela do meio ambiente e do interesse coletivo que a ele se mostra incorporado.¹⁴

3. A responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais no ordenamento brasileiro: da heterorresponsabilidade à autorresponsabilidade dos entes coletivos

Na esteira da tutela ambiental por intermédio do Direito Penal, a Lei nº 9.605/1998 (também referida como Lei dos Crimes Ambientais) veio a dispor sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Entre as disposições legais do aludido diploma que são passíveis de discussão, talvez a que gere maior controvérsia, até hoje, seja a constante no artigo 3º, que admite a responsabilização

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/1714/1111>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 8.

¹² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: parte geral. 6. ed., ampl. e atual. Curitiba, PR: ICPC Cursos e Edições, 2014. p. 672.

¹³ BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 365.

¹⁴ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Crimes ecológicos**: aspectos penais e processuais penais: lei n. 9.605/98. Barueri, SP: Manole, 2015. p. 6-7.

penal de pessoas jurídicas como sujeitos ativos de crimes ambientais¹⁵ – não obstante seja essa uma possibilidade também extraível da Constituição de 1988, em seu artigo 225, § 3º.¹⁶

Juarez Cirino dos Santos, ao analisar a interpretação que entende existente um mandamento constitucional de criminalização de lesões ao meio ambiente tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, tece severas críticas, calcadas na impossibilidade de uma sinonímia entre os vocábulos “condutas” e “atividades”, ambos presentes no texto constitucional:

[...] a norma do art. 225, §3º, da Constituição [...] prevê sanções *penais e administrativas* contra pessoas *físicas ou jurídicas* por *condutas e atividades* lesivas ao meio ambiente [...]. De novo, constitucionalistas e ambientalistas proclamam a **ruptura** do princípio constitucional da responsabilidade penal **pessoal**, mediante interpretação que suprime as diferenças semânticas das palavras *condutas* e *atividades*, arbitrariamente consideradas **sinônimos** aplicáveis indiferentemente às pessoas físicas e jurídicas, também arbitrariamente consideradas passíveis de iguais sanções penais e administrativas. Em contraposição, especialistas em Direito Penal rejeitam a pretendida ruptura do princípio constitucional da responsabilidade penal pessoal, fundados nas diferenças semânticas das palavras *condutas* e *atividades* do texto legal, que estruturam as seguintes correlações lógicas: a) as *condutas* de *pessoas físicas* sujeitarão os infratores a sanções penais; b) as *atividades* de *pessoas jurídicas* sujeitarão os infratores a *sanções administrativas*. Como se vê, aquela leitura considera como sinônimos palavras de conteúdos semânticos diversos; esta leitura atribui diferentes significados semânticos a diferentes palavras da lei. Afinal, a lei não contém palavras inúteis, e o emprego de sinônimos seria uma inutilidade.¹⁷

À posição de Juarez Cirino faz coro Luís Greco, que, em suas teorizações a respeito da

¹⁵ Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

¹⁶ Art. 225. [...] § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

¹⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: parte geral. 6. ed., ampl. e atual. Curitiba, PR: ICPC Cursos e Edições, 2014. p. 675-676, grifos no original.

temática, indica que a pessoa jurídica está atrelada invariavelmente a pessoas físicas, que tomam as decisões e atuam em nome da empresa, a partir de um esquema de imputação. Para o autor, essa suposta obviedade é reconhecida pelo ordenamento jurídico desde a utilização de um modelo de heterorresponsabilidade, o qual destaca que somente imputa-se um delito à pessoa jurídica quando este é derivado de atuações de pessoas físicas.¹⁸

Todavia, noutra vértice doutrinário, entende-se que tal entendimento não deve prevalecer, vez que a ausência de sinonímia entre as expressões “condutas” e “atividades” não implica, necessariamente, na conclusão de que não há indicação criminalizadora da subjetividade criminal ativa da pessoa jurídica. Isso porque, ainda que o constituinte tenha coligado as “condutas” às pessoas físicas e as “atividades” às pessoas jurídicas, colocou tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas como “infratores”, sujeitas a sanções penais e administrativas.¹⁹

Ademais, embora haja vasta e respeitável doutrina que entenda que somente a pessoa física pode praticar crimes, é difícil não concluir que tanto o constituinte quanto o legislador ordinário admitiram que a pessoa jurídica também possa estar no polo ativo do cometimento de delitos.²⁰ Ainda assim, não se descuida que o modelo adotado pelo Brasil é problemático, na medida em que, apesar de ter sido, em certa medida, influenciado pelo sistema anglo-americano, no qual a responsabilidade penal de pessoas jurídicas é normalmente admitida,

¹⁸ GRECO, Luís. Por que é ilegítimo e quase de todo inconstitucional punir pessoas jurídicas. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas**: seminário Brasil-Alemanha. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. 1. ed. Florianópolis (SC): Tirant Lo Blanch, 2018. p. 69-88. p. 70.

¹⁹ GUARAGNI, Fábio André; LOUREIRO, Maria Fernanda. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: rumo à autorresponsabilidade penal. *In*: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 121-146. p. 124.

²⁰ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Crimes ecológicos**: aspectos penais e processuais penais: lei n. 9.605/98. Barueri, SP: Manole, 2015. p. 12.

o modelo francês foi tomado como fonte de inspiração pelo legislador.²¹

Do ponto de vista descritivo, no ordenamento brasileiro, a imputação de um crime a uma pessoa jurídica pressupõe: 1) a realização de uma infração penal; 2) a relação causal entre a infração penal e a decisão de representante legal ou contratual, ou de órgão colegiado da pessoa jurídica; 3) a existência de interesse ou de benefício da pessoa jurídica na infração penal.²² Trata-se da teoria francesa da responsabilidade penal por ricochete, na qual a responsabilidade penal da pessoa jurídica está condicionada à prática de um fato punível suscetível de ser reprovado a uma pessoa física, de modo que a responsabilidade da primeira pressupõe a da segunda.²³

Tem-se, pois, um modelo de heterorresponsabilidade penal da pessoa jurídica, no qual a ação, a cognição, a vontade e a culpabilidade são relacionadas ao ser humano, enquanto a pessoa jurídica é responsabilizada de forma indireta. Esse modelo pode representar, contudo, uma grande porta para a impunidade, principalmente nas hipóteses em que não seja possível identificar a pessoa física que agiu no interesse ou em benefício da pessoa jurídica, assim como no caso em que a pessoa física não possa ser responsabilizada. Por isso, surgiu o modelo da autorresponsabilidade penal da pessoa jurídica, no qual não há a necessidade de prévia responsabilização da pessoa física.²⁴

²¹ PRADO, Luiz Regis. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: fundamentos e implicações. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (coords.). **Responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 4. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 129-162. p. 153.

²² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 6. ed., ampl. e atual. Curitiba, PR: ICPC Cursos e Edições, 2014. p. 678.

²³ PRADO, Luiz Regis. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: fundamentos e implicações. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (coords.). **Responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 4. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 129-162. p. 148-149.

²⁴ DETZEL, André Eduardo; GUARAGNI, Fábio André. Alternativas para a superação dos obstáculos dogmáticos da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Percursos**, v. 1, n. 18, p. 1-28, 2016. Disponível em:

Esse último modelo parece ter sido adotado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em 2013 por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 548.181/PR, de relatoria da Ministra Rosa Weber, no qual se consignou, por maioria de votos, que “condicionar a aplicação do art. 225, §3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional”.²⁵

No referido precedente, discutiu-se, em suma, que: 1) não se deve sempre atribuir um determinado ato a uma única pessoa física, já que, não raramente, os atos de uma corporação podem ser imputados a um conjunto de indivíduos; 2) não é necessária a demonstração de coautoria da pessoa física, na medida em que a exigência da presença concomitante da pessoa física e da pessoa jurídica na ação penal esvazia o comando constitucional; 3) o constituinte não estabeleceu por completo os critérios de imputação da pessoa jurídica por crimes ambientais, não havendo como proceder-se a uma mera transposição dos paradigmas de imputação das pessoas jurídicas aos entes coletivos.²⁶

Posteriormente, em 2015, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, até então uniforme “no sentido do reconhecimento de certa dose de dependência entre a responsabilidade penal de pessoas jurídicas em face da responsabilidade penal de pessoas físicas”²⁷, proferiu decisão diversa, no julgamento do Mandado de Segurança nº 39.173/BA,

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/1714/1111>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 25.

²⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 548.181 Paraná. Relatora: Ministra Rosa Weber. Primeira Turma. Julgado em 06 ago. 2013. Acórdão eletrônico. **Diário da Justiça Eletrônico nº 213**, divulgado em 29 out. 2014 e publicado em 30 out. 2014. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7087018>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 1.

²⁶ GUARAGNI, Fábio André; LOUREIRO, Maria Fernanda. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: rumo à autorresponsabilidade penal. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 121-146. p. 136.

²⁷ BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da**

de relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, em que, por unanimidade, entendeu-se que “é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome”.²⁸

Todavia, ainda que órgãos colegiados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça tenham, em um primeiro momento, avançado sobre a teoria da dupla imputação, tal entendimento se mostra insuficiente para garantir uma imputação precisa e determinada no campo da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Isso porque, no paradigmático Recurso Extraordinário nº 548.181/PR, o Tribunal entendeu que o traslado da responsabilidade da pessoa jurídica para a seara penal e processual penal resta legitimado diante da incapacidade de identificação das pessoas físicas.²⁹

Entretanto, a responsabilidade penal da pessoa jurídica não pode ser usada em sentido pragmático, no escopo de atuação de um Direito Penal simbólico, através de persecuções desencadeadas contra os entes coletivos apenas porque restaram frustradas as tentativas de imputação pessoal das pessoas físicas. Um avanço significativo na matéria é estabelecer, pois, uma autonomia completa entre a responsabilidade das pessoas jurídicas daquelas relativas a seu corpo diretor.³⁰

responsabilidade penal da pessoa jurídica. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119. p. 96.

²⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança nº 39.173 – BA. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Quinta Turma. Julgado em 06 ago. 2015. **Diário da Justiça Eletrônico**, 13 ago. 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202031379&dt_publicacao=13/08/2015. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 1.

²⁹ GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Aspectos processuais penais da responsabilidade penal da pessoa jurídica. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas: seminário Brasil-Alemanha.** Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. 1. ed. Florianópolis (SC): Tirant Lo Blanch, 2018. p. 153-165. p. 162-163.

³⁰ GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Aspectos processuais penais da responsabilidade penal da pessoa jurídica. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas:**

Destarte, para que se possa atribuir responsabilidade penal a uma pessoa jurídica, é necessário que se estruture tal responsabilidade sobre um desvalor de resultado e um desvalor de ação que são concretizados pelo próprio ente coletivo, já que a responsabilidade penal é sempre individual, como uma decorrência lógica do princípio da culpabilidade. Isso porque, em um genuíno modelo de autorresponsabilidade penal das pessoas jurídicas, a imputação movida contra o ente coletivo deve ser completamente independente daquela movida contra as pessoas físicas, ainda que estas possam, eventualmente, atuar em concurso de pessoas com a pessoa jurídica.³¹

Não se quer dizer, com tal entendimento, que há pessoa jurídica sem seres humanos. Mesmo a autorresponsabilidade penal das pessoas jurídicas tem como base a atuação de pessoas físicas. Contudo, tais seres humanos são meros suportes de uma organização, a qual sofre a imputação e se autonomiza, uma vez que a persecução penal ocorrerá em virtude da realização de ações consideradas como da pessoa jurídica, sem que necessitem de um substrato humano para ser configurada.³²

4. A incapacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas a partir de uma concepção ontológica de ação: a necessidade de uma proposta alternativa

É um fato inarredável que, cada vez mais, fatos gravíssimos e de intensa repercussão

seminário Brasil-Alemanha. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. 1. ed. Florianópolis (SC): Tirant Lo Blanch, 2018. p. 153-165. p. 163.

³¹ PRAZERES, Ângela dos; BUSATO, Paulo César. Heterorresponsabilidade e autorresponsabilidade penal de pessoas jurídicas. Especial referência ao fato de conexão. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas: anais do III seminário Brasil-Alemanha**. v. 2. 1. ed. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 9-34. p. 17-18.

³² GUARAGNI, Fábio André; LOUREIRO, Maria Fernanda. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: rumo à autorresponsabilidade penal. *In*: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 121-146. p. 129.

social envolvem atividades de pessoas jurídicas. Contudo, classicamente – e como acima em partes demonstrado –, a doutrina costuma negar a possibilidade de responsabilizá-las criminalmente. Essa negação deriva de óbices político-criminais, criminológicos e dogmáticos. Quanto às oposições dogmáticas à responsabilização penal de pessoas jurídicas, estas são, em geral, centradas nos seguintes tópicos: incapacidade de ação e incapacidade de culpabilidade da pessoa jurídica.³³

Acerca desses tópicos, a inadmissibilidade da responsabilidade penal das pessoas jurídicas (*societas delinquere non potest*) é antiga na doutrina. Nessa seara, os dois principais fundamentos para não se reconhecer a capacidade penal das pessoas jurídicas como entes abstratos são: 1) a falta de capacidade “natural” de ação e 2) a carência de capacidade de culpabilidade. É que, no que tange especificamente à conduta (ação ou omissão), esta é tradicionalmente concebida como um produto exclusivo do ser humano.³⁴

Nessa mesma esteira argumentativa, todos os elementos da economia da infração penal (conduta, tipicidade, ilicitude e culpabilidade) são reputados como inerentes à vontade e à consciência como estados anímicos do ser humano. Assim, somente a pessoa física poderia estar na condição de sujeito ativo da infração penal. Isso porque o poder de decisão entre o fazer e o não fazer alguma coisa, que constitui a base psicológica e racional da conduta lícita ou ilícita, é um atributo inerente às pessoas naturais. A consequência dessa argumentação é de que somente a ação humana, conceituada como a atividade dirigida a um fim, é que poderia ser considerada como o suporte causal do delito.³⁵

Essa tradicional concepção de ação como um ato orientado por uma finalidade é

³³ BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 704-707.

³⁴ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Parte geral**. Coleção Tratado de direito penal. v. 1. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 320-321.

³⁵ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. 6. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 440.

decorrente da teoria da ação finalista proposta por Hans Welzel, para o qual:

A ação humana é o exercício da atividade finalista. A ação é, portanto, um acontecimento "finalista" e não somente "causal". A "finalidade" ou atividade finalista da ação se baseia no fato de que o homem, sobre a base de seu conhecimento causal, pode prever em determinada escala as consequências possíveis de uma atividade, propor objetivos de distinta índole e dirigir sua atividade segundo um plano tendente à obtenção desses objetivos. Sobre a base de seu conhecimento causal prévio, está em condições de dirigir os distintos atos de sua atividade de tal forma que dirige o acontecimento causal exterior para o objetivo e o determina em demasia, assim, de modo finalista. A finalidade é uma ação dirigida conscientemente desde o objetivo, enquanto a pura causalidade não está dirigida desde o objetivo, mas é resultante dos componentes causais circunstancialmente concorrentes. Por isso, graficamente falando, a finalidade é "vidente", e a causalidade é "cega".³⁶

Antes de Welzel e já sob um eixo ontológico, Franz von Liszt, sob a ótica do causalismo naturalista, sustenta que a ação "é a conduta [...] voluntária no mundo exterior; causa voluntária ou não impediante de uma mudança no mundo externo".³⁷ Dessa maneira, percebe-se que, de modo idêntico ao causalismo, Hans Welzel utiliza uma concepção de ação existente no mundo do ser (ontológica), mas que inclui a finalidade para além da mera

³⁶ WELZEL, Hans. **La teoría de la acción finalista**. Trad. del alemán por Carlos Fontan Balestra y Eduardo Friker. Buenos Aires: Depalma, 1951. p. 19-20, tradução nossa. No original: "La acción humana es el ejercicio de la actividad finalista. La acción es, por lo tanto, un acontecimiento 'finalista' y no solamente 'causal'. La 'finalidad' o actividad finalista de la acción, se basa en que el hombre, sobre la base de su conocimiento causal, puede prever en determinada escala las consecuencias posibles de una actividad, proponerse objetivos de distinta índole y dirigir su actividad según un plan tendiente a la obtención de esos objetivos. Sobre la base de su conocimiento causal previo, está em condiciones de dirigir los distintos actos de su actividad de tal forma que dirige el suceder causal exterior hacia el objetivo y lo sobredetermina así de modo finalista. La finalidad es un actuar dirigido conscientemente desde el objetivo, mientras que la pura causalidad no está dirigida desde el objetivo, sino que es la resultante de los componentes causales circunstancialmente concorrentes. Por eso, gráficamente hablando, la finalidad es 'vidente', la causalidad es 'ciega'".

³⁷ LISZT, Franz von. **Tratado de derecho penal**. Tomo segundo. 3. ed. Trad. del alemán por Luis Jiménez de Asúa. Madrid: Instituto Editorial Reus, S.A., 1927. p. 297, tradução nossa. No original: "ACTO ES LA CONDUCTA [...] VOLUNTARIA EN EL MUNDO EXTERIOR; CAUSA VOLUNTARIA O NO IMPEDIENTE DE UN CAMBIO EN EL MUNDO EXTERNO."

causalidade.³⁸

Segundo tal concepção, as estruturas do delito possuem limites de sentido próprios, dados por essas estruturas pré-existentes que sustentam a ação, configuradas como preliminares a qualquer interpretação de significado para a ação.³⁹ Com a transposição dessa ótica ontológica para a teoria do delito, a pretensão welzeliana é a de identificar uma ação natural, dotada de intencionalidade e que se encontra, na verdade, na percepção que o sujeito tem de um determinado objeto e do que é produto desta percepção.⁴⁰

Sob a influência desse aporte teórico, na doutrina brasileira, assim como em boa parte da América Latina, seguem sendo dominantes concepções finalistas acerca da teoria do delito.⁴¹ A título exemplificativo, importa destacar a posição de Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli, para os quais “em razão de ser impossível a conduta sem vontade, e a vontade sem finalidade, resulta por consequência que a conduta requer sempre uma finalidade”,⁴² opção também assumida por René Ariel Dotti, que considera a pessoa jurídica como incapaz de sustentar vontade própria, a qual constitui-se como espinha dorsal da

³⁸ BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**: uma análise da função negativa do conceito de ação em direito penal a partir da filosofia da linguagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 86.

³⁹ WELZEL, Hans. **Introducción a la filosofía del derecho**: derecho natural y justicia material. 2. ed. Trad. del alemán por Felipe González Vicén. Madrid: Aguilar, 1971. p. 256.

⁴⁰ BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**: uma análise da função negativa do conceito de ação em direito penal a partir da filosofia da linguagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 86.

⁴¹ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 220.

⁴² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. v. 1. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 363.

ação.⁴³

Todavia, apesar da permanência doutrinária de defesa de perspectivas estritamente finalistas, há muito o modelo de sistema penal proposto pelo finalismo foi claramente pressionado em duas frentes: 1) a primeira, relacionada com sua aplicação, pela frequente confrontação de resultados insatisfatórios derivados da rigidez do modelo de imputação proposto, principalmente em face da moderna realidade criminológica; 2) a segunda, caracterizada por um dismantelamento de sua própria teoria de base, qual seja, o neo-ontologicismo.⁴⁴

Quanto ao esfacelamento do neo-ontologicismo, este se mostrou dogmaticamente falho por, entre outras razões, retornar a uma falácia já presente no causalismo naturalista, segundo a qual a configuração da teoria do delito seria apoiada em estruturas lógico-reais. Contrariamente, autores como Claus Roxin se posicionam contra a ideia de estruturação da teoria do delito a partir de uma ótica ontologicista, ideia essa que é pretendida pelo conceito de uma ação finalista, sendo, contudo, tal pretensão artificial, em face do evidente caráter normativo do Direito.⁴⁵ A esse respeito, vale destacar a crítica do referido autor alemão a uma concepção ontológica de ação, especialmente a finalista:

Creio, com efeito, que nenhuma teoria da acção e, ainda mais nenhum outro conceito fundamentado ontologicamente de modo similar, podem constituir a base de um sistema de que possam derivar resultados práticos. [...] Se realmente se podem obter por vezes resultados práticos de um conceito supostamente ontológico, a causa reside na projecção inadvertida de conteúdos jurídicos sobre esse conceito e que posteriormente dele se voltam a deduzir. É o que acontece com o discutido conceito de acção que acolhe dentro de si os elementos normativos das circunstâncias de facto e depois toma como base, como se fosse construído de acordo com as leis do ser,

⁴³ DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica: uma perspectiva do direito brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 184-207, jul./set. 1995. p. 192-197.

⁴⁴ BUSATO, Paulo César. *Direito penal: parte geral*. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 217-218.

⁴⁵ BUSATO, Paulo César. *Direito penal: parte geral*. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 220.

aquilo que resulta do restrito conteúdo de sentido daqueles elementos.⁴⁶

A indiscutível conclusão decorrente dessa crítica é a de que qualquer resultado prático derivado da ideia de finalidade apenas é obtido por intermédio de um juízo normativo de apreensão de sentido, o qual é, exatamente, a negação de concepções ontológicas. Com fulcro na crítica proposta por Roxin, a doutrina em geral reagiu, ou abandonando completamente o conceito de ação como base teórica da dogmática jurídico-penal, ou adotando diretamente um conceito normativo de ação.⁴⁷

No extremo oposto do neo-ontologismo finalista, encontra-se a proposta absolutamente normativista de Günther Jakobs, para quem “a contribuição que o Direito penal presta à manutenção da configuração social e estatal reside em garantir as normas”.⁴⁸ Ora, se, de um lado, há uma inegável insuficiência das ancoragens em determinantes ontológicas tal como proposto por Welzel, a solução dessa insuficiência não advém de uma igualmente radical migração para a absoluta normativização do sistema, especialmente se adotada através do recurso simplista proposto por Jakobs de submeter a estrutura punitiva à norma posta.⁴⁹

É óbvio que não é possível desprezar o componente ontológico, porque este interfere

⁴⁶ ROXIN, Claus. Contribuição para a crítica da teoria finalista da ação. Primeira parte. Sobre a capacidade de rendimento do conceito jurídico-penal de acção. In: ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de direito penal**. Trad. de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz, Maria Fernanda Palma e Ana Isabel de Figueiredo. 3. ed. Lisboa: Vega, 1998. p. 91-109. p. 108.

⁴⁷ BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119. p. 103-104.

⁴⁸ JAKOBS, Günther. **Derecho penal: parte general: fundamentos y teoría de la imputación**. 2. ed. Trad. del alemán por Joaquin Cuello Contreras y José Luis Serrano González de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1997. p. 45, tradução nossa. No original: “La contribución que el Derecho penal presta al mantenimiento de la configuración social y estatal reside en garantizar las normas.”

⁴⁹ BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral**. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 235-236.

de modo necessário no próprio sentido de aplicabilidade da norma. Por outro lado, é igualmente evidente que esse condicionamento é também bilateral, uma vez que a norma interfere no sentido da realidade. Não há, em verdade, uma subordinação (pretendida pelos dois pontos de vista) do ontológico ao axiológico ou vice-versa. O que há é uma perspectiva holística, de mútua interferência, estabelecida por um processo de comunicação de sentido, este sim, campo sobre o qual se constrói (aliás, sobre o qual sempre se construiu) a pretensão de validade do sistema punitivo em face das condutas humanas.⁵⁰

Esse processo de comunicação de sentido pode ser compreendido a partir do aporte teórico fornecido pela Filosofia da Linguagem, a qual oferece um novo referencial para o desenvolvimento da pretensão de produzir respostas aos problemas práticos atuais.⁵¹

5. A capacidade de ação jurídico-penal das pessoas jurídicas a partir de uma concepção significativa de ação

O paradigma da linguagem se consolidou a partir de um giro linguístico na Filosofia (superveniente ao esgotamento do paradigma da consciência), que significou não na inclusão da linguagem na condição de mais um tema relevante para a reflexão filosófica, mas sim num giro da própria Filosofia, que passou a adotar um novo paradigma no qual a linguagem passou da condição de objeto da reflexão para a condição de fundamento de todo o pensar. Essa mudança foi decisiva, pois significou um movimento que foi da consciência para a linguagem e que modificou o procedimento filosófico em relação à validação da verdade,

⁵⁰ BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 236.

⁵¹ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 222.

que, de monológico, passou a ter uma exigência dialógico-discursiva.⁵²

No campo jurídico, as teorias da argumentação e da comunicação oferecidas pela Filosofia da Linguagem possibilitaram uma mudança de ponto de vista desde as aspirações do próprio Direito, no sentido de, por um lado, trocar a pretensão de verdade por uma pretensão de justiça e, de outro, permitir a confluência de aspectos normativos e ontológicos sob a medida da comunicação de um sentido.⁵³

A influência da Filosofia da Linguagem na matéria de imputação vai muito além da superação de um paradigma científico por outro. Isso porque a mudança proposta à raiz da epistemologia linguística é a de quebra da pretensão científica do sistema de imputação, o que rompe não com o paradigma científico, mas com a própria racionalidade científica, aproximando o Direito Penal da práxis e dotando a fórmula de imputação de objetivos mais pragmáticos.⁵⁴

Mediante esse aporte, com a teoria da comunicação (produto da Filosofia da Linguagem), foram obtidas novas ferramentas para compor uma teoria de base mais adequada aos avanços que a esfera econômica projeta sobre o Direito Penal. Tal teoria é correspondida por um sistema significativo, que adota a teoria da ação significativa.⁵⁵

Por essa teoria, desenvolvida por Tomás Salvador Vives Antón, parte-se da concepção

⁵² LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006. p. 92-94.

⁵³ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 222.

⁵⁴ BUSATO, Paulo César. O giro linguístico e o direito penal. In: BUSATO, Paulo César. **Novas reflexões sobre o sistema penal do nosso tempo**. Curitiba: Veddelta Editora, 2019. p. 4-40. p. 5.

⁵⁵ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 222.

de que a ação não pode ser um fato específico e nem ser definida como o substrato da imputação jurídico-penal, mas deve ser representada como um processo simbólico que é regido por normas, que vem a traduzir o significado social de uma conduta. Assim, para Vives Antón, o conceito de ação reporta a uma interpretação do comportamento humano segundo os distintos grupos de regras sociais. Portanto, a ação deverá representar, em termos de estrutura do delito, já não o substrato de um sentido, mas o sentido de um substrato.⁵⁶ Nas palavras do autor espanhol:

A ação não é, pois, um fato *específico*; nem pode ser *definida* como o *substrato da imputação* jurídico-penal, pois a imensa maioria das ações são definidas à margem dessa circunstância. Só resta, por conseguinte, um caminho para explorar: aquele que, para dizer de forma abreviada, partindo do sentido, se detém também neste; aquele que concebe a ação como um processo simbólico regido por normas, como o significado social da conduta, expressado linguisticamente. Me proponho, em consequência, conceber as ações como interpretações que, segundo os distintos tipos de regras sociais, podem ser dadas ao comportamento humano. Definirei, pois, a ação não *como o substrato* da conduta suscetível de receber um sentido, mas *como o sentido* que, conforme um sistema de normas, pode ser atribuído a determinados comportamentos humanos. Se opera, assim, um *giro copernicano* na teoria da ação: esta já não é o *substrato de um sentido*, mas, inversamente, o *sentido de um substrato*.⁵⁷

Sendo o significado admitido como o reitor do conceito de ação, esta não se estrutura

⁵⁶ BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 238.

⁵⁷ VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. **Fundamentos del sistema penal**: acción significativa y derechos constitucionales. 2. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2011. p. 221, grifos no original, tradução nossa. No original: “La acción no es, pues, un hecho *específico*; ni puede *definirse* como *sustrato de la imputación* jurídico-penal, pues la inmensa mayoría de las acciones se definen al margen de esa circunstancia. Sólo queda, por consiguiente, un camino por explorar: el que, para decirlo de forma abreviada, partiendo del sentido se detiene también en él; el que concibe la acción como un proceso simbólico regido por normas, como el significado social de la conducta, expresado lingüísticamente. Me propongo, en consecuencia, concebir las acciones como interpretaciones que, según los distintos tipos de reglas sociales, pueden darse al comportamiento humano. Definiré, pues, la acción, no *como sustrato* conductual susceptible de recibir un sentido, sino *como sentido* que, conforme a un sistema de normas, puede atribuirse a determinados comportamientos humanos. Se opera, así, un *giro copernicano* en la teoría de la acción: ya no es el *sustrato de un sentido*; sino, a la inversa, el *sentido de un substrato*.”.

a partir da perspectiva do sujeito acerca de sua impressão sobre a realidade, ou a partir do ponto de vista do objeto observado, mas sim a partir da comunicação que provém da relação entre sujeito e objeto, isto é, da mensagem que comunica a atuação do sujeito que se relaciona com as circunstâncias do meio. Por essa via, afasta-se tanto de uma construção estritamente finalista, na medida em que não se baseia a ideia de ação meramente na intenção do sujeito atuante, quanto de uma base exclusivamente normativista.⁵⁸

Isso porque uma escorreta percepção da ação se nutre de valores apenas para referirlos aos objetos, na produção da comunicação, e, como tal, não é estritamente ontológica, nem estes valores são necessariamente ou apenas jurídicos. Em verdade, o que há é o reconhecimento de uma qualidade da ação que não provém da sua existência ontológica, da norma ou mesmo do sujeito atuante, mas que é, antes, um sentido produzido a partir de todos esses fatores, a partir de regras sociais que permitem a aferição de uma ação em seu contexto.⁵⁹

Além disso, com a concepção significativa de ação, tem-se a superação da concepção cartesiana da mente como substância, que, no âmbito do Direito Penal, conduz a uma concepção de ação caracterizada pela reunião de um fato físico (o movimento corporal) com um fato mental (a vontade), o que permite uma diferença ontológica entre as ações e os demais acontecimentos, com fulcro unicamente na contribuição da mente do sujeito atuante.⁶⁰

⁵⁸ BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**: uma análise da função negativa do conceito de ação em direito penal a partir da filosofia da linguagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 189-190.

⁵⁹ BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**: uma análise da função negativa do conceito de ação em direito penal a partir da filosofia da linguagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 190.

⁶⁰ MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. La “concepción significativa de la acción” de T. S. Vives y sus correspondencias sistemáticas con las concepciones teleológico-funcionales del delito. **Anuario da Faculdade de Direito da Universidade da Coruña**, n. 5, p. 1075-1104, 2001. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/2100/AD-5-51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 1078.

Embora se reconheça que tanto a expressão externa e física da ação quanto a vontade como expressão de intenção sejam aspectos que pertençam ao conceito de ação, entende-se que ambos não podem representar a ação isoladamente, já que esta, à luz da teoria significativa, é o resultado de uma comunicação.⁶¹ Afinal, em que pese as ações sejam realizadas de certo modo mediante movimentos do corpo, estes não são, em si, as ações das quais são elementos, já que o sujeito atuante tem como fim a execução de um plano de ação, e não os movimentos corporais que levam à consecução da ação.⁶²

Noutro vértice, pela teoria significativa, também se percebe uma contraposição direta à ideia de se explicar a ação a partir dos fenômenos psicológicos e internos como a vontade, dado que já não se fala mais sobre o que o sujeito atuante quer, mas sim sobre qual sentido que é transmitido através da sua conduta.⁶³ Tanto é assim que, em que pese a ação pressuponha uma capacidade natural para formar e expressar intenções, a determinação da ação que se realiza não depende da concreta intenção que o sujeito quer levar a cabo, mas sim do código social conforme ao qual se interpreta o que se faz.⁶⁴

Com fulcro nessa concepção significativa de ação, Juan Carlos Carbonell Mateu desenvolve um argumento que permite visualizar a capacidade de ação das pessoas

⁶¹ BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119. p. 104.

⁶² HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus Humanidades, 1999. p. 141.

⁶³ BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119. p. 104.

⁶⁴ VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. **Fundamentos del sistema penal: acción significativa y derechos constitucionales**. 2. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2011. p. 232.

jurídicas, partindo da afirmação de que terá sentido tudo o que, de acordo com uma linguagem social e comunicativa comum, possa ser fonte de significado. Assim, terá sentido jurídico aquilo a que juridicamente for determinado como tal. Logo, outorgar a capacidade de submeter comportamentos a normas é uma decisão jurídica, uma escolha. É por essa razão que todo sujeito de direito que descumpra uma norma pode ser alvo de uma atribuição de sentido.⁶⁵

Se tal atribuição de sentido se plasma na exigência do cumprimento das normas pela submissão de seu comportamento a essas, é bastante claro que quem se submete a tais normas tem capacidade de ação. A conclusão que decorre do raciocínio é a de que quem tem o poder de descumprir um dever exigível é um sujeito de direito. Ora, ninguém duvida da capacidade de uma pessoa jurídica para descumprir obrigações e adquirir, com isso, responsabilidades patrimoniais ou inclusive de qualquer outra índole. Logo, se a ação é um significado, as pessoas jurídicas têm uma capacidade de ação e, nesse sentido, podem ser sujeitos de delitos.⁶⁶ Nas palavras do próprio jurista espanhol:

Quem pode violar um dever exigível é sujeito de direito. E ninguém duvida da capacidade de uma pessoa jurídica para violar obrigações e adquirir, com isso, responsabilidades patrimoniais ou, inclusive, de qualquer outra índole. Ninguém pode duvidar seriamente de que seja possível atribuir uma significação a um acordo emanado de uma Assembleia Geral de acionistas ou de um Conselho de Administração. E o relevante [...] é que se adotam decisões que afetam a terceiros. E que quem as adota pode fazê-lo simplesmente porque o Direito decidiu reconhecer essa vontade como independente da vontade das pessoas físicas que a impulsionam.

⁶⁵ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 224-225.

⁶⁶ DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 225.

Podemos nos empenhar em insistir que o suporte físico segue sendo aportado por pessoas igualmente físicas, às quais pertencem os braços que se alçam ou os dedos que pressionam botões. Mesmo desde essa perspectiva não se poderá ignorar que tais movimentos físicos seriam totalmente ridículos se não manifestassem um significado que deriva precisamente do pertencimento dos proprietários de braços e dedos a um ente coletivo, se não estivessem, com isso, formando a vontade juridicamente relevante de um órgão coletivo, de uma pessoa jurídica. [...] Em resumo, se a ação é o significado, as pessoas jurídicas têm capacidade de ação; podem ser sujeitos ativos de delitos.⁶⁷

Ressalte-se que, no que concerne à conduta, as mais modernas concepções jurídico-penais têm entre si o fato comum de que não são ontológicas. Especialmente quando tomada como expressão de sentido de um tipo, a existência de uma ação ou uma omissão penalmente relevante não depende de qualquer expressão física. Assim, tanto a conduta de uma pessoa física quanto a conduta de uma pessoa jurídica são capazes de expressar o sentido de um tipo penal.⁶⁸

Afinal, quando se diz, por exemplo, que um crime ambiental de poluição foi causado por uma atividade empresarial, não há a afirmação de que “fulano de tal, funcionário da

⁶⁷ CARBONELL MATEU, Juan Carlos. Responsabilidad penal de las personas jurídicas: reflexiones en torno a su “dogmática” y al sistema de la reforma de 2010. **Cuadernos de política criminal**, n. 101, p. 5-33, 2010. p. 15-16, tradução nossa. No original: “Quien puede incumplir un deber exigible es sujeto de derecho. Y nadie duda de la capacidad de una persona jurídica para incumplir obligaciones y adquirir, con ello, responsabilidades patrimoniales o incluso de cualquier otra índole. Nadie puede dudar seriamente de que sea posible atribuir una significación a un acuerdo emanado de una Junta General de accionistas o de un Consejo de Administración. Y lo relevante [...] es que se adoptan decisiones que afectan a terceros. Y que quien las adopta puede hacerlo simplemente porque el Derecho ha decidido reconocer esa voluntad como independiente de la de las personas físicas que la impulsan. Podemos empeñarnos en insistir en que el soporte físico sigue siendo aportado por personas igualmente físicas, a las que pertenecen los brazos que se alzan o los dedos que presionan botones. Pero incluso desde esa perspectiva no se podrá ignorar que tales movimientos físicos serían totalmente ridículos si no manifestaram un significado que deriva precisamente de la pertenencia de los propietarios de brazos y dedos a un ente colectivo, si no se estuviera, con ello, formando la voluntad jurídica relevante de un órgano colectivo, de una persona jurídica. [...] Em resumen, si la acción es el significado, las personas jurídicas tienen capacidad de acción; pueden ser sujetos activos de delitos.”.

⁶⁸ BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 707.

companhia X, causou poluição da baía Y”, mas sim a de que “a companhia X causou a poluição da baía Y”. Ou seja, a expressão do sentido de uma ação é percebida comunicativamente como uma realização da própria pessoa jurídica.⁶⁹

Todavia, há de se ressaltar que, ainda que as pessoas jurídicas sejam capazes de atuar, isto não significa que serão capazes de agir de modo que incorram em todos os tipos penalmente relevantes, mas apenas naqueles em que o contexto preste dados que imprimam o sentido de uma ação aceitável ao ente coletivo. Logo, a capacidade de uma ação penalmente relevante é um critério potencial, que pode ser afirmado de maneira *a priori* à própria ação, e, por isso, é possível concluir que as pessoas jurídicas têm uma capacidade de ação, pois são capazes de expressar sentido através de seu próprio substrato material.⁷⁰

6. Conclusão

Diante do exposto neste trabalho, a principal conclusão extraível da investigação realizada, ainda que mereça novas pesquisas e abordagens, é a viabilidade de se equiparar dogmaticamente as pessoas jurídicas às pessoas físicas no que tange à capacidade de cometer delitos ambientais e outras infrações penais, desde que compatíveis com as atividades dos entes coletivos.

Ao se discutir a responsabilização penal de pessoas jurídicas desde o plano da

⁶⁹ BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119. p. 107.

⁷⁰ ATHAYDE, Pedro Franco. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica na ação significativa**: um estudo sobre o tema através da teoria de Tomás Salvador Vives Antón. 98 f. Monografia de Graduação (Curso de Direito) – Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62867/PEDRO%20FRANCO%20ATHAYDE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021. p. 62-63.

capacidade de ação jurídico-penal, mediante, sobretudo, o substrato teórico fornecido pela moderna teoria significativa da ação, pode-se avançar, desde o nível dogmático, na concretização do próprio fim do Direito Penal enquanto aparato de *ultima ratio*, qual seja, o de gerir o controle social do intolerável ante a insuficiência de mecanismos menos gravosos. Busca-se tutelar o direito fundamental e humano ao meio ambiente, bem como outros bens jurídicos essenciais, os quais, não raramente, são afligidos pela atuação desenfreada de empresas. É nesta toada que urge oxigenar a dogmática penal para além de uma engessada concepção ontológica de ação.

Com a alternativa teórica trazida pela concepção significativa de ação, é possível conceber a prática de uma conduta penalmente relevante por parte de pessoas jurídicas, a partir de uma expressão de sentido que denote uma atividade própria do ente coletivo. Esse avanço dogmático é hábil a colocar as pessoas jurídicas em simetria com as pessoas físicas no que tange à possibilidade de presença no polo ativo de crimes ambientais, bem como de outros crimes compatíveis com as atividades dos entes coletivos, a fim de concretizar o mandamento de responsabilização penal expressamente previsto tanto na Constituição de 1988 quanto na Lei nº 9.605/1998.

Entretanto, ainda que reconhecida a capacidade de ação jurídico-penal por parte das pessoas jurídicas, algumas observações de cautela devem ser feitas.

Primeiramente, não basta que as pessoas jurídicas tenham reconhecida a capacidade de ação jurídico-penal para que sejam submetidas à persecução penal. A configuração da responsabilidade penal exige o rigoroso e escalonado preenchimento das demais categorias da teoria do delito, ainda que o reconhecimento destas categorias possa ser feito por perspectivas ulteriores à doutrina penalista majoritária. Logo, a proposição de que as pessoas jurídicas têm capacidade de ação jurídico-penal não se presta a flexibilizar os requisitos da responsabilidade penal, mas sim a oferecer respostas a problemas dogmáticos e político-criminais que são urgentes e atuais, mormente diante de crimes ambientais graves.

Em segundo lugar, a perspectiva oferecida, e que contribui para o reconhecimento da legitimidade de se responsabilizar as pessoas jurídicas no plano jurídico-penal em face do cometimento de crimes como os ambientais, não pode reforçar um salvo conduto para uma investigação penal arbitrária e calcada em valores e conceitos indefinidos. Até porque a superação do criticável modelo de heterorresponsabilidade penal adotado pelo legislador brasileiro na Lei nº 9.605/1998, com a adoção de um genuíno modelo de autorresponsabilidade penal das pessoas jurídicas, exige a estruturação rigorosa de um crime cometido pelo próprio ente coletivo, asseguradas todas as garantias inerentes a qualquer persecução penal.

Salvaguardadas essas observações de cautela, não se pode, ainda assim, negar o potencial decorrente da promoção de uma perspectiva teórica mais dinâmica e consoante aos paradigmas e dilemas da contemporaneidade, resultante de um processo transdisciplinar (evidente, por exemplo, no encontro entre o Direito Penal e a Filosofia da Linguagem), capaz de tirar a dogmática penal de sua zona de conforto quanto à (im)possibilidade de imputação criminal de pessoas jurídicas desde o início, isto é, desde o plano da própria capacidade de ação jurídico-penal.

Referências

ATHAYDE, Pedro Franco. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica na ação significativa**: um estudo sobre o tema através da teoria de Tomás Salvador Vives Antón. 98 f. Monografia de Graduação (Curso de Direito) – Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62867/PEDRO%20FRANCO%20ATHAYDE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Parte geral**. Coleção Tratado de direito penal. v. 1. 26. ed. São

Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 05 out. 1988, p. 1 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 07 jul. 1992, p. 8713 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 31 dez. 1999, p. 12 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3321-30-dezembro-1999-370144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 13 fev. 1998, p. 1 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9605-12-fevereiro-1998-365397-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança nº 39.173 – BA. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Quinta Turma. Julgado em 06 ago. 2015. **Diário da Justiça Eletrônico**, 13 ago. 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202031379&dt_publicacao=13/08/2015. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 548.181 Paraná. Relatora: Ministra Rosa Weber. Primeira Turma. Julgado em 06 ago. 2013. Acórdão eletrônico. **Diário da Justiça Eletrônico nº 213**, divulgado em 29 out. 2014 e publicado em 30 out. 2014. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7087018>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BUSATO, Paulo César. Autoria e participação nos delitos de pessoas jurídicas: uma análise crítica da responsabilidade por ricochete adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. *In*: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 89-119.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**: uma análise da função negativa do conceito de ação em direito penal a partir da filosofia da linguagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BUSATO, Paulo César. O giro linguístico e o direito penal. *In*: BUSATO, Paulo César. **Novas reflexões sobre o sistema penal do nosso tempo**. Curitiba: Veddelta Editora, 2019. p. 4-40.

CARBONELL MATEU, Juan Carlos. Responsabilidad penal de las personas jurídicas: reflexiones en torno a su “dogmática” y al sistema de la reforma de 2010. **Cuadernos de política criminal**, n. 101, p. 5-33, 2010.

DAVID, Décio Franco; BUSATO, Paulo César. A empresa é capaz de ação? Uma proposta de discussão sobre a capacidade de rendimento da concepção significativa da ação no direito penal empresarial. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 9, n. 16, p. 205-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/103/89>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DETZEL, André Eduardo; GUARAGNI, Fábio André. Alternativas para a superação dos obstáculos dogmáticos da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Percurso**, v. 1, n. 18, p. 1-28, 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/1714/1111>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica: uma perspectiva do direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 184-207, jul./set. 1995.

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. 6. ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de Alexandre Knopfholz e Gustavo Britta Scandelari. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

GISI, Mario José. Constituição, desenvolvimento e sustentabilidade. *In*: CLÈVE, Clèmerson Merlin (coord.). **Direito constitucional brasileiro**: constituições econômica e social. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 535-550.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Aspectos processuais penais da responsabilidade penal da pessoa jurídica. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas**: seminário Brasil-Alemanha. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. 1. ed. Florianópolis (SC): Tirant Lo Blanch, 2018. p. 153-165.

GRECO, Luís. Por que é ilegítimo e quase de todo inconstitucional punir pessoas jurídicas. *In*: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas**: seminário Brasil-Alemanha. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. 1. ed. Florianópolis (SC): Tirant Lo Blanch, 2018. p. 69-88.

GUARAGNI, Fábio André; LOUREIRO, Maria Fernanda. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: rumo à autorresponsabilidade penal. *In*: CHOUKR, Fauzi Hassan; LOUREIRO, Maria Fernanda; VERVAELE, John (orgs.). **Aspectos contemporâneos da responsabilidade penal da pessoa jurídica**. v. 2. São Paulo: FECOMÉRCIO-SP, 2014. p. 121-146.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, I**: racionalidad de la acción y racionalización social. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus Humanidades, 1999.

JAKOBS, Günther. **Derecho penal**: parte general: fundamentos y teoría de la imputación. 2. ed. Trad. del alemán por Joaquin Cuello Contreras y José Luis Serrano González de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1997.

LISZT, Franz von. **Tratado de derecho penal**. Tomo segundo. 3. ed. Trad. del alemán por Luis Jiménez de Asúa. Madrid: Instituto Editorial Reus, S.A., 1927.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. La “concepción significativa de la acción” de T. S. Vives y sus correspondencias sistemáticas con las concepciones teleológico-funcionales del delito. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, n. 5, p. 1075-1104, 2001. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/2100/AD-5-51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Crimes ecológicos: aspectos penais e processuais penais: lei n. 9.605/98.** Barueri, SP: Manole, 2015.

PRADO, Luiz Regis. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: fundamentos e implicações. *In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (coords.). **Responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva.** 4. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 129-162.*

PRAZERES, Ângela dos; BUSATO, Paulo César. Heterorresponsabilidade e autorresponsabilidade penal de pessoas jurídicas. Especial referência ao fato de conexão. *In: BUSATO, Paulo César (org.). **Responsabilidade penal de pessoas jurídicas: anais do III seminário Brasil-Alemanha.** v. 2. 1. ed. Coord. de Luís Greco e Paulo César Busato. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 9-34.*

ROXIN, Claus. Contribuição para a crítica da teoria finalista da ação. Primeira parte. Sobre a capacidade de rendimento do conceito jurídico-penal de acção. *In: ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de direito penal.** Trad. de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz, Maria Fernanda Palma e Ana Isabel de Figueiredo. 3. ed. Lisboa: Vega, 1998. p. 91-109.*

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral.** 6. ed., ampl. e atual. Curitiba, PR: ICPC Cursos e Edições, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais em espécie. *In: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIÉRO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020a. p. 415-834.*

SARLET, Ingo Wolfgang. Teoria geral dos direitos fundamentais. *In: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIÉRO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020b. p. 312-414.*

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional.** 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. **Fundamentos del sistema penal: acción significativa y derechos constitucionales.** 2. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2011.

WELZEL, Hans. **Introducción a la filosofía del derecho: derecho natural y justicia material.**

2. ed. Trad. del alemán por Felipe González Vicén. Madrid: Aguilar, 1971.

WELZEL, Hans. **La teoría de la acción finalista**. Trad. del alemán por Carlos Fontan Balestra y Eduardo Friker. Buenos Aires: Depalma, 1951.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. v. 1. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.